

Comissão pode votar parecer da medida provisória do novo modelo do Tarifa Social de energia elétrica¹

Marlla Sabino²

A sessão da comissão mista que analisa a **MP 1.300**, que traz um novo modelo para a **Tarifa Social**, foi suspensa após o relator do texto, deputado federal e ex-ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (União-PE), apresentar seu parecer sobre o texto. O vice-presidente do colegiado, **Joaquim Passarinho (PL-PA)**, suspendeu a sessão por 24 horas. O parlamentar informou que os trabalhos serão retomados nesta quarta-feira (3), às 14h30, para votação do texto.

Como antecipou o **Valor**, o parecer do relator traz uma proposta para atenuar o impacto dos reajustes das tarifas de energia no Norte e Nordeste. O texto prevê a possibilidade de que parcelas vincendas (que ainda vão vencer) a título do Uso do Bem Público, taxa que é paga por usinas hidrelétricas, possam ser repactuadas.

Os recursos, segundo a proposta, seriam utilizados exclusivamente para fins de modicidade tarifária, nos anos de 2025 e 2026 áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que também abrange partes de Minas Gerais e Espírito Santo, e da Amazônia (Sudam).

"Tem algumas discussões já em andamento para poder ter renovação que foram sobre maior oferta do Uso de Bem Público no passado. E, caso tenha alguém que tope fazer adesão por esse modelo, parte desse bônus iria para modicidade tarifária dessas regiões", explicou o relator após a reunião da comissão. O valor, segundo ele, depende da adesão do mecanismo.

O trecho não estava previsto no texto original enviado pelo Executivo, em maio deste ano. Inicialmente, a proposta tratava sobre medidas mais amplas, sendo posta como uma reforma do setor elétrico. Contudo, por falta de tempo para discutir a matéria, parlamentares decidiram por um texto mais enxuto.

A decisão é uma tentativa de viabilizar a aprovação do novo modelo do Tarifa Social antes de a MP perder validade, o que ocorre em 17 de setembro. O parecer mantém a previsão de gratuidade de até 80 quilowatts-hora por mês para os beneficiários do Tarifa Social e a isenção do pagamento de encargos para algumas famílias.

A proposta não foi alterada no relatório. Durante a reunião, o relator mencionou a possibilidade de aumentar o limite da gratuidade, mas ponderou que isso teria um impacto para os demais consumidores, uma vez que aumentaria os encargos pagos por

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/09/02/comisso-da-mp-que-trata-sobre-novo-modelo-do-tarifa-social-sus-pende-sesso-sem-votao-do-parecer.ghtml> Acessado em 02.09.2025

² Jornalista do Valor Econômico

todos consumidores.

O parecer também mantém a possibilidade de adoção de novas modalidades de tarifas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), inclusive por horário, e mudanças nos horários referentes aos benefícios para o setor de irrigação.

Como esperado, o relator deixou trechos que tratavam sobre abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores, autoprodução e fim dos descontos no fio para segmento de consumo fora do texto. Os temas devem ser tratados em outra MP relacionada ao setor elétrico que tramita no Congresso, editada após a derrubada dos vetos ao marco legal das eólicas offshore.

O relator também não incluiu em seu parecer nenhum encaminhamento sobre cortes de geração de energia elétrica, conhecido como “curtailment” no setor elétrico. O parlamentar afirmou que analisou a possibilidade de endereçar o tema em seu relatório, mas avaliou ser melhor deixar a discussão para outro momento e construir uma solução mais ampla e “concreta”, considerando o passivo retroativo questionado por geradores de fontes renováveis e também uma solução para mitigar os efeitos no futuro.

“Sobre a questão da financiabilidade, a ideia é criar com esse número de frustração de receita, digamos assim, um ativo regulatório, e com isso tentar fazer um evento de liquidez como foi o leilão do GSF [risco hidrológico]”, explicou. O parlamentar sinalizou que pretende discutir essa proposta com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que preside o colegiado da MP do Tarifa Social e foi designado relator da outra MP do setor elétrico.